

A TRAJETÓRIA DA SUCESSÃO FAMILIAR RURAL CAMPONESA EM PASSO DO SOBRADO, NO RIO GRANDE DO SUL/BR

FAGUNDES, João Felipe¹
KARNOPP, Erica²
NASCIMENTO, José Antonio Moraes do³

RESUMO

Uma das características do Rio Grande do Sul, ao longo de sua história, foi a grande presença da agricultura familiar, intensificada com a presença de contingente de imigrantes, tanto de origem germânica, quanto italiana. A manutenção da produção de alimentos, pelos camponeses familiares, se manteve alta em função de sua expansão para diferentes regiões do estado, proporcionada pelos seus sucessores, num momento de aumento da produção agrícola. Entretanto, atualmente essa situação tem apontado algumas mudanças. Por isso, com esse texto se objetiva, a partir de uma revisão bibliográfica, analisar aspectos do surgimento da agricultura familiar, apontando as alterações gerais que foram ocorrendo durante o século XX, destacando os elementos presentes na memória em relação à sucessão e permanência na propriedade familiar rural.

PALAVRAS-CHAVE: Sucessão Familiar Rural. Agricultura Familiar Camponesa. Trajetórias.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a história se preocupou em apresentar algumas estruturas que geralmente priorizavam as elites, destacando nessa conjectura vultos e figuras importantes e as fontes oficiais como os principais meios de saber histórico. Essa análise, minimizou e marginalizou a influência dos outros importantes atores sociais. Com as mudanças do conhecimento histórico, tanto historiadores, quanto demais cientistas sociais começaram a destacar grupos humanos que eram recentemente negligenciados pela história. Com isso, por exemplo, a partir da construção de uma história oral, voltada para o registro das memórias desses

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional — Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul — UNISC.

² Prof.^a. Dra.do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional — Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul — UNISC.

³ Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional — Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul — UNISC.

atores, foi possível conhecer melhor outros elementos centrais e particulares da história em construção, como os camponeses familiares.

Nesse sentido, no presente texto se demonstra aspectos da formação social, histórica e territorial dos agricultores familiares de Passo do Sobrado, no Rio Grande do Sul, da segunda metade do século XX, a partir de suas memórias e da relação com a sucessão familiar rural dos referidos camponeses. Ao mesmo tempo, se fará uma abordagem mais geral, destacando os elementos que auxiliaram na construção desta configuração social camponesa, ao longo da história contemporânea do estado.

Tendo esses parâmetros como premissas, faz-se pertinente destacar a importância dos agricultores familiares camponeses no processo de resistência a agricultura predatória, identificando a partir de ações sustentáveis as trajetórias desse importante ator social, tendo-se em vista, que recentemente, não existia uma narrativa que abordasse esses importantes atores sociais da história brasileira.

Essa transformação do conhecimento histórico, alicerçada pelo processo de mudança da sociedade e pela necessidade do ser humano em se conhecer, promoveu a construção de diversas narrativas históricas, a partir de diferentes perspectivas, cada uma delas objetivando enriquecer ainda mais o entendimento tido das ações da humanidade. Por isso, faz-se pertinente destacar que o processo de consolidação de posse da terra no Rio Grande do Sul, ocorre em moldes diferentes de todo o Brasil.

As migrações dos colonos europeus, em especial, alemães e italianos, num contexto de possibilidade da extinção da escravidão, fortaleceram a criação de um grupo social da agropecuária colonial, com mão de obra familiar camponesa, em algumas regiões do estado do Rio Grande do Sul. Estabeleceram uma agricultura de subsistência de produtos variados e na geração de renda a partir da venda dos excedentes no mercado regional e, posteriormente, no mercado nacional. A produção de alimentos, pelos camponeses familiares, se ampliou em função de sua expansão para diferentes regiões do estado, proporcionada pelos seus sucessores, já que as famílias eram bastante numerosas.

Como as terras disponíveis nem sempre eram suficientes, normalmente alguns filhos (ou todo o grupo familiar) seguiam em busca de novas áreas agricultáveis. Com isso, um desses territórios a ser ocupado foi o de Passo do Sobrado, no qual já se cultivavam alimentos e se criavam animais, mas a chegada, principalmente de imigrantes alemães (e seus descendentes), deu um novo dinamismo para a agricultura.

Assim, o objetivo do presente artigo foi, a partir de uma revisão bibliográfica, analisar aspectos dessa agricultura familiar, apontando as alterações gerais que foram ocorrendo durante

o século XX, destacando os elementos presentes na memória em relação à sucessão e permanência na propriedade familiar rural.

Sucessão familiar: As trajetórias, resistências e permanências dos agricultores familiares camponeses em suas propriedades

O meio rural brasileiro encontra-se em constante transformação devido ao aumento do envolvimento dos/as residentes com atividades não-agrícolas, ao êxodo rural, a crise sucessória, ao envelhecimento dos/as residentes, a inserção de novos/as moradores/as, entre outros. A percepção plena dessa realidade faz-se fundamental para entender esse processo de transformação. Partindo-se dessa perspectiva, os agricultores familiares camponeses, que nessa proposta são os atores principais, têm uma função social vinculada à ligação com a propriedade, procuram adaptações para permanecer na propriedade, num contexto de sucessão familiar rural.

O meio rural tem apresentado, ao longo dos anos, a diminuição da sua população, demonstrando que o êxodo rural é um fator relevante na transformação social da agricultura brasileira. Nas últimas décadas, porém, em especial a partir dos anos 1980, foram intensificadas as políticas públicas para atender as demandas vindas do meio rural, no intuito de manter as pessoas nesse ambiente.

A ampliação de possibilidades para o êxodo rural traz consequências preocupantes com relação à permanência dos agricultores familiares camponeses junto a sua propriedade, mesmo que, nas últimas décadas, algumas políticas públicas tenham sido criadas para que esses atores sociais não abandonassem em definitivo o campo. Nessa perspectiva, diversos fatores, tais como o aumento do envolvimento dos/as residentes com atividades não-agrícolas, a crise sucessória, o envelhecimento dos/as residentes, a inserção de novos/as moradores/as, a agricultura predatória, dentre tantas outras demandas, passou a ser abordada com mais frequência, ampliando as produções acadêmicas acerca das mesmas, e, conseqüentemente, as discussões com relação a esse processo sucessório.

Não existe um consenso acerca do futuro dos agricultores familiares camponeses, sendo que diversos autores abordam o perfil do mesmo sobre as mais variadas formas. Alguns apontam que a agricultura familiar camponesa está em processo de extinção, outros que ela precisou adaptar-se para sobreviver, enquanto alguns afirmam que não existe uma homogeneidade com relação ao perfil dos agricultores familiares camponeses brasileiros, sendo o território, a influência do capitalismo e a forma de plantar indicadores que modificam esse perfil.

A agricultura familiar camponesa no Rio Grande do Sul apresenta algumas particularidades em relação ao restante do Brasil. Diferentemente da monocultura em grandes

propriedades para exportação, adotada ao longo da história em boa parte do país, no Rio Grande do Sul, inicialmente em função da necessidade de ocupação do território, dois modelos de propriedade foram adotados. Um, o latifúndio vinculado à pecuária e outro, com pequena propriedade administrada pela família.

No que diz respeito ao estado riograndense, o século XIX oportuniza uma transformação tanto social quanto econômica, acarretada pela chegada dos imigrantes europeus. Posterior a tentativa frustrada de se trazer imigrantes açorianos, a chegada de imigrantes alemães num primeiro momento e posteriormente de italianos e eslavos, dentre outros, modifica seu cenário econômico. A imigração europeia possui uma relação intrínseca com um indicativo de possibilidade do fim da escravidão no Brasil, sendo que a transformação do regime de trabalho, alavancada pela imigração europeia do século XIX, representa uma inovação na corrente povoadora. Essa imigração espontânea, é estimulada por uma política oficial de povoamento e pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra qualificada e de baixo custo (PRADO, JÚNIOR, 1980).

A corrente imigratória, realizada lentamente até então, em meados de 1840, é fortalecida pela iminência da extinção do tráfico negreiro, resolvendo assim o problema da mão-de-obra e a questão da ocupação do território, já que os imigrantes se tornavam os proprietários da terra, construindo a partir disso um vínculo com a terra e uma identificação com a mesma (PRADO JÚNIOR, 1980). Essa realidade foi mais intensa nas regiões do sul do país, onde a existência de agricultores familiares camponeses, radicados nas propriedades, vão em busca de adaptações para permanecer enraizados enquanto agricultores familiares, tendo o processo de sucessão familiar rural como ponto de referência para novas ações.

Além disso, é necessário entender que o processo de ocupação das terras do sul do Brasil, a partir dos interesses governamentais, foi alterado com o processo imigratório, o qual incentivou as migrações de europeus para esse território. Nessa perspectiva, o poder central buscava, a partir da promoção da lavoura, a consolidação de um grupo social que garantisse a posse do território (num contexto de disputa com os castelhanos), ampliar a produção de gêneros alimentícios e reduzir o poder dos estancieiros no sul do país. Os colonos foram organizados por grupos privados e supervisionada pelo Governo Provincial, estabelecendo-se em pequenas propriedades, tendo como base uma economia agropecuária colonial com mão-de-obra familiar, baseada na agricultura de subsistência e na geração de renda, com a venda dos excedentes no mercado regional e posteriormente no mercado nacional (HERRLEIN JÚNIOR, 2000).

A agricultura colonial diversificada relacionada a subsistência (farinha de mandioca, feijão, fumo, banha, vinho), ganhou força com a navegação fluvial, que era organizada por empresas

comerciais, favorecendo a acumulação comercial, ampliando-se no mercado regional e no restante do país, trazendo com isso um crescimento demográfico intenso entre 1830 e 1930. Como consequência, foram em busca de novas terras e entraram em contato com outros grupos sociais como os descendentes de portugueses, os indígenas e os caboclos, provocando mudanças e intercâmbios culturais (TEDESCO, 2014). Foi um longo processo, vindo desde o século XIX, intensificado com a ampliação da infraestrutura, principalmente das vias de transporte, possibilitando facilitar o escoamento da produção. Assim, os diversos governos intensificaram a colonização, objetivando diminuir o isolamento de diferentes regiões. Aproveitando-se desses benefícios, muitos proprietários de terras incentivaram a migração, criando vários pequenos núcleos urbanos, com colônias particulares, como foi o caso de Passo do Sobrado, conforme se verá mais adiante.

Inicialmente, esse novo fortalecimento da economia do Rio Grande do Sul, não obrigatoriamente favorecia os colonos, já que boa parte do lucro chegava às mãos dos grandes comerciantes vinculados à importação e exportação, que se consolidavam como o grupo social mais próspero. Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, com a estagnação do comércio do charque, a diversificação produtiva das colônias provia aos produtores uma posição de “classe média rural”, com o crescimento das exportações dos produtos da agropecuária colonial. Por exemplo, em Porto Alegre houve um aumento de 5,4% para 32,4% em pouco mais de 30 anos, de exportação de produtos coloniais (HERRLEIN JÚNIOR, 2000).

A economia riograndense não esteve diretamente relacionada ao mercado mundial, tendo certa autonomia por ter uma função de subsistência. Estando vinculada a gêneros alimentícios diversificados, “o perfil da produção regional garantia uma vida social menos dependente dos mercados externos e o acesso facilitado dos meios de subsistência pelas populações locais” (HERRLEIN JÚNIOR, 2000, p.14). Nesse sentido, se percebe que a formação e a expansão do capitalismo no Rio Grande do Sul influenciaram o surgimento de regiões com características próprias. Foi o caso dos imigrantes e seus descendentes que não foram enviados (pelo Estado) para as regiões do grande latifúndio (com grande poder político), mas para áreas florestais. Além disso, houve a exigência europeia de excedente de mão de obra, a qual precisou ser mandada para outros países, integrando-se ao processo nacional e regional.

Em termos gerais, a ocupação inicial do Rio Grande do Sul ocorreu a partir da doação de grandes extensões de terra na região da fronteira do Brasil com os territórios platinos, no século XVII. A partir do início do século XIX, o governo começou a organizar e a implantar programas de colonização em áreas menos povoadas e, por conseguinte, foram trazidos alemães e, mais tarde, italianos. Ambos se estabeleceram basicamente na parte norte do estado, formando

pequenas propriedades e agricultura familiar (SPONCHIADO, 2000). Passo do Sobrado está localizado numa região de encontro desses dois modelos de ocupação.

O Rio Grande do Sul teve uma ocupação peculiar e suas fronteiras eram móveis até o início do século XIX, ora pertencendo aos espanhóis, ora aos portugueses, basicamente centradas na militarização. Até a primeira metade do século XIX, as áreas de pastagens foram ocupadas pelos grandes fazendeiros de gado, já as áreas florestais foram ocupadas pelos imigrantes, disputando-as com caboclos e indígenas. Esse processo de ocupação se estendeu até meados do século XX, consolidando “outra combinação na paisagem agrária gaúcha: áreas florestais — pequena propriedade — agricultura — alta densidade demográfica” (FARINATTI, 1999, p. 28).

Assim, um diferencial da economia riograndense, em especial nas regiões onde a colonização europeia foi mais acentuada, até a primeira metade do século XX, foi que não ficou tão vulnerável ao mercado internacional, diferentemente do restante do Brasil. O que era produzido, in natura ou processados, tinha uma relação intrínseca com o mercado local/regional num primeiro momento e, com as necessidades do mercado nacional, quando excedente. Dessa maneira, foi possível uma reprodução desse modelo de agricultura familiar, no qual os filhos continuavam com produção de seus pais, garantindo a sucessão na propriedade ou buscando novas propriedades, mas com o mesmo modelo.

A autonomia política atrelada a uma capacidade fiscal da administração pública sustentou uma intervenção do Estado de forma mais efetiva no que diz respeito à organização da vida econômica e social. Diferentemente do que ocorria no restante do país, a economia gaúcha não se articulou num modelo agroexportador latifundiário, que atendesse prioritariamente os interesses externos, ocupando inicialmente um papel diferente, o de assegurar a posse do território. Os latifúndios relacionados à pecuária, contrastavam com um segundo subsistema econômico, o da agropecuária colonial em pequenas propriedades realizado por imigrantes europeus. A ação política dos governos republicanos, no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas dos anos 1900, seguiu o propósito explícito de reorientar o modelo de acumulação dominante, baseado nas exportações pecuaristas, para um modelo mais diversificado, baseado na integração e expansão do mercado interno e na agropecuária colonial (HERRLEIN JÚNIOR, 2000).

Assim, a economia do sul do país desenvolveu uma agricultura de alimentos, impulsionada pelo processo de imigração de alemães e italianos, tendo como base o trabalho familiar e a diversificação das culturas e como mercado principal o interno (LINHARES, 2016). Convinha ao Estado uma ocupação permanente de algumas áreas pouco habitadas, constituindo

“núcleos voltados por um lado à ocupação do território e, por outro, à produção de gêneros para o mercado interno, o mercado urbano que estava se estabelecendo” (CORSETTI, 1998, p. 34).

Os alemães vieram para o Brasil na primeira metade do século XIX e os italianos no último quartel dos mil e oitocentos, com esperança de uma vida melhor. Ocuparam as regiões projetadas pelo governo imperial, visando implantar, no Rio Grande do Sul, pequenas propriedades para ser uma alternativa aos latifúndios, equilibrando as forças regionais e povoando o território. O aumento populacional foi intensificado somente a partir do princípio do século XX, mesmo porque, até então, as autoridades continuaram desenvolvendo a colonização próxima aos centros regionais, devido à inviabilidade econômica de se criar colônias, já que o transporte e, conseqüentemente, a comercialização dos produtos seriam difíceis. A partir desse período, o número de colônias formadas por colonos estrangeiros começou a aumentar, valorizando a terra.

Os proprietários de grandes extensões incentivaram a migração, pois isso valorizava suas terras, principalmente aquelas próximas aos centros regionais ou que davam acesso a esses locais. Em função disso, o imigrante se mudou “para novas fronteiras agrícolas onde o processo se repetiria. Ele foi sendo *empurrado* pelo capitalismo desde a Europa até as fronteiras agrícolas mais recentes do país ou mesmo além dos limites territoriais brasileiros” (GREGORY, 1988, p. 49), colonizando o norte do estado.

Assim, tendemos-se essas premissas como perspectivas, para o presente texto, nos interessam analisar as trajetórias do processo de sucessão familiar rural, a partir das memórias dos agricultores familiares camponeses no município de Passo do Sobrado, com o intuito de caracterizar esses importantes atores, no período histórico de 1950 a 2022. A história do município de Passo do Sobrado e de seu processo emancipatório estão intrinsecamente ligadas ao seu município-mãe, Rio Pardo e, tem como um de seus atores mais importantes, os agricultores familiares camponeses, destacando aspectos e particularidades da formação social, econômica e cultural do mesmo.

A ocupação não indígena do território que atualmente integra o município iniciou-se há cerca de dois séculos. Inicialmente suas terras foram colonizadas por luso-brasileiros que partiam de Rio Pardo para povoar a área em que era conhecida por Couto e servia como ponto de descanso para tropeiros. A partir de meados do século XIX, famílias de origem germânica também se instalaram na localidade, misturando-se à população de origem lusa e aos descendentes de escravos africanos que trabalhavam na criação de gado e nas roças existentes.

Com o passar do tempo, a localidade foi crescendo e novas famílias foram se estabelecendo na área. Dessa forma, a agricultura, a pecuária e o comércio foram lentamente se ampliando e, em função disso, gradativamente, outras instituições foram se estruturando e

passaram a funcionar em Passo do Sobrado. A partir de 1992, após plebiscito do ano anterior, tornou-se município independente. Segundo Vogt e Romero

[...] mesmo sendo recente, o município tem uma história que remonta mais ou menos a 1840, quando começou a colonização. Os colonos alemães vieram em busca de terras planas para a agricultura. Já os colonizadores lusos, que chegaram primeiro, vieram atrás de terras para criação de gado e, sobretudo, para encontrar um lugar seguro onde enfrentarem a Revolução Farroupilha. (VOGT; ROMERO, 2010, p. 78).

Atualmente, Passo do Sobrado possui trinta e um anos de emancipação político administrativa, com sua base econômica vinculada à produção de soja em pequenas, médias e grandes propriedades familiares. O município possui uma população total de 6.025 habitantes, distribuídos em uma área de 265.133 km² de território, com densidade demográfica de 22,72 hab/Km². Como uma das características centrais, se pode destacar a existência dos agricultores familiares camponeses, os quais têm um fortalecimento com a chegada dos imigrantes e seus descendentes, que fortalecem a prática da produção de alimentos para a família. Novos e aprofundados estudos podem apontar aspectos apresentados superficialmente nesse texto.

A partir daí, vai se estabelecendo um vínculo entre os agricultores familiares camponeses com sua propriedade e com a comunidade com a qual sua propriedade dialoga. Se constrói uma identidade desse ator social, e nessa perspectiva, as relações familiares, de amizade, de compadrio, tendo-se em vista que é a partir dessa relação com o território, nesse caso em específico a sua propriedade, que os agricultores familiares camponeses vai vinculando-se às culturas, às memórias, aos modos de organização da produção, do trabalho e da vida de indivíduos e coletividades (QUADROS, 2020).

Nessa perspectiva, analisar as memórias dos agricultores familiares camponeses, destacando aspectos e particularidades da formação social, econômica e cultural e, seu protagonismo frente às lutas pela permanência da propriedade fazem-se fundamentais, tendo em vista que a construção de uma narrativa que evidencie os saberes e fazeres dos agricultores familiares camponeses, pode ser uma das alternativas para que a sucessão dessas propriedades continue ocorrendo. Ao mesmo tempo que, para se pensar nas trajetórias da sucessão familiar rural, faz-se salutar entender as peculiaridades relacionadas aos novos moldes da agricultura no país. Tais discussões, com base no campo do desenvolvimento regional, apontam que as desigualdades geradas a partir da produção capitalista são oriundas da concentração de capital

e rendas, gerando como resultado desse processo uma exclusão nos âmbitos econômicos, sociais e geográficos.

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Essas mudanças constantes no meio rural, e na agricultura familiar camponesa e, conseqüentemente, no processo de sucessão familiar rural, são alavancadas pela não vinculação dos mais jovens à propriedade rural, muitas vezes devido às dificuldades relacionadas à vida no campo, a busca por uma maior formação, encontrada geralmente nos centros urbanos, ou pela desvalorização tanto econômica quanto sociocultural dessas atividades, resultando num êxodo frequente dessas famílias para as cidades, não havendo, entretanto, uma perspectiva de melhora nas condições de trabalho ou de vida, apenas o usufruto dos confortos da cidade.

Faz-se pertinente destacar que as transformações na atividade rural alteraram drasticamente o cenário da agricultura familiar camponesa, fazendo com que os atores sociais desse processo tivessem que se (re) adaptar para sobreviverem, buscando soluções para permanecer vinculados à sua propriedade. Nas readaptações supracitadas, a transformação do produto principal produzido pelas unidades familiares em produto final com valor agregado, foi uma das soluções encontradas para que algumas das famílias rurais sobrevivessem e pudessem obter uma melhor qualidade de vida (JÚNIOR, 2020).

A construção de uma narrativa que valorize as memórias desses agricultores familiares camponeses, possibilita a ele o reconhecimento de suas trajetórias, trazendo-lhe a partir dessa narrativa uma sensação de pertencimento tanto com relação a sua propriedade quanto com relação à sua importância social. Essa sensação de pertencimento somadas a utilização de tecnologias e metodologias possibilitadas pelo desenvolvimento regional/rural, podem construir uma nova perspectiva com relação a sua permanência na propriedade e conseqüentemente uma redução do êxodo rural.

A agricultura brasileira transformou-se drasticamente nas últimas décadas, tendo em vista que o êxodo rural promoveu redução considerável da população desse segmento. A partir dos anos 1980 intensificam-se algumas ações para permanência dessas pessoas nesse ambiente,

dentre elas políticas públicas para atender as demandas vindas do meio rural, em especial as relacionadas com o processo de sucessão da propriedade (JÚNIOR, 2020).

Souza (2006) pontua sobre a questão das políticas públicas elencando alguns fatores necessários para o entendimento das mesmas:

Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada. Visões menos ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade [...] apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexa (SOUZA, 2006, p. 27).

Essa linha de raciocínio aborda a complexidade em se falar de políticas públicas, já que elas perpassam as questões governamentais e “privilegiam” grupos de interesse e movimentos sociais, conforme o tipo de política adotada por quem está no poder, tendendo a privilegiar e desprivilegiar determinados grupos conforme os seus interesses em particular. Fica subentendido nessa perspectiva que as políticas públicas de permanência desse agricultor familiar camponês em sua propriedade, de meados da década de 1980 para cá, possuem uma relação alicerçada pelos movimentos sociais, mas que possuem uma motivação bem consistente, ou seja, a preocupação com a sustentabilidade e a escassez de alimentos.

A agricultura familiar camponesa está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento regional, nesse caso em específico ao desenvolvimento rural/regional, sendo que a mesma perpassa a produção de alimentos, alcançando questões bem mais complexas. A utilização dos recursos relacionados a propriedade, bem como a vinculação com a mesma, aliado ao conhecimento de como utilizar esses recursos, pode criar “práticas agrícolas produtivas, sustentáveis, receptivas, flexíveis, inovadoras e dinâmicas”, que podem revolucionar esse processo de êxodo rural que ocorre ao longo dos últimos anos. Partir-se dessa perspectiva, possibilita novas visões, mas mais que isso, viabiliza a permanência desses camponeses em seu habitat, buscando alternativas que fogem do tradicional padrão agrícola de desenvolvimento (DEPONTI, 2014).

A sucessão familiar rural deve ser considerada uma etapa importante e vital para a sobrevivência da agricultura familiar camponesa. Essa transmissão da posse, do gerenciamento e da dinamização da unidade produtiva requer, cada vez mais, qualificação dos sucessores, projetos que garantam viabilidade técnico-administrativa, sua sustentabilidade e políticas públicas adequadas às reais possibilidades e necessidades desse setor produtivo, que envolve milhares de jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sucessão familiar rural das propriedades é fator crucial no que diz respeito à sobrevivência da agricultura familiar camponesa, estando o processo sucessório intrinsecamente relacionado com a reprodução social e conseqüentemente com a perpetuação das propriedades familiares. O Passo do Sobrado não foge à regra. O município, com seus pouco mais de seis mil habitantes, tem como uma das características centrais, a agricultura familiar, centrada na produção de soja, fumo, milho e de alimentos. Entretanto, uma das dificuldades enfrentadas pela população local é quanto aos processos sucessórios da propriedade rural. As trajetórias da sucessão familiar demonstram que, cada vez mais, está diminuindo o número de jovens que permanecem nesse tipo de produção.

A partir das discussões do campo do desenvolvimento regional, se percebe que as desigualdades geradas a partir da produção capitalista são oriundas da concentração de capital e rendas, gerando processos de exclusão econômicos, sociais e geográficos. Destaca-se nestes, a não vinculação dos mais jovens à propriedade familiar rural, relacionadas às dificuldades da vida no campo e pela desvalorização tanto econômica quanto sociocultural. Isso gera grandes preocupações em relação ao desenvolvimento rural/regional, porque passa pela produção de alimentos, além de outras questões. Portanto, os estudos sobre a sucessão familiar rural merecem ser ampliados e aprofundados, uma vez que a sucessão é vital para a sobrevivência da agricultura familiar camponesa.

REFERÊNCIAS

AGNES, C.; HELFER, I. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 9. Ed. Atualizada. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo — a escola pública no Rio Grande do Sul (1989/1930)**. Santa Maria: UFSM, 1998 (Tese de Doutorado).

DEPONTI, C. M. **As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar.** *Redes*, v. 19, n. 2014, p. 9-24, 9 set. 2014.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as cinzas da mata virgem:** lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845 – 1880). Porto Alegre: PUCRS, 1999 (Dissertação de Mestrado).

GREGORY, Valdir. **Capitalismo, latifúndio, migrações:** a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul — zona norte e região do Grande Santa Rosa. Porto Alegre: PUCRS, 1988 (Dissertação de mestrado).

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889 – 1930:** outro capitalismo no Brasil meridional. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

JÚNIOR, Carlos Alberto. **Agroindústrias familiares rurais: a percepção dos atores no processo de sucessão intergeracional.** 2020. 172 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) — Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LINHARES, Maria Yedda; et al. **História Geral do Brasil.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 23.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

QUADROS, Alessandra de. **Memória social e agroecologia: uma análise a partir da experiência do Quilombo Rincão dos Negros — Rio Pardo/RS.** Projeto de dissertação.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado) — Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.º 16, jul./dez. 2006, p. 20 – 45.

SPONCHIADO, Breno. **O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Dissertação (Mestrado em História).

TEDESCO, João Carlos. **Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul**: indígenas e agricultores. Porto Alegre: Letra & Vida; Passo Fundo: IMED, 2014.

VOGT, O. P.; ROMERO, M. R. Z. (Org.). Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória. Santa Cruz: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.